

Orçamento prevê valor de R\$ 400 para o Auxílio Brasil em 2023

Dilema. A proposta orçamentária do ano que vem será enviada ao Congresso no dia 31. A equipe econômica busca atender aos limites fiscais e às pressões pela reeleição do presidente Jair Bolsonaro

ENTRE O TÉCNICO E O POLÍTICO**ORÇAMENTO DE 2023****Texto trará Auxílio Brasil no valor oficial de R\$ 400 e 'compromisso' de R\$ 600**

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@globo.com.br
 BRASILIA

A quase uma semana do prazo legal de envio do Orçamento do próximo ano ao Congresso, a equipe econômica prepara uma proposta oscilando entre os limites técnicos do texto e as demandas eleitorais do presidente Jair Bolsonaro. Com a proximidade das eleições, a peça está sendo fechada com o cuidado de não servir como munição contra Bolsonaro por seus adversários ao Palácio do Planalto, segundo integrantes do governo. A fonte de maior tensão é o valor do Auxílio Brasil para 2023.

A proposta orçamentária vai trazer, "oficialmente", o valor de R\$ 400 para o benefi-

cio, embora o governo vá "deixar claro" que o Auxílio Brasil seguirá em R\$ 600 mensais para o próximo ano. A polêmica ocorre pois o benefício atual de R\$ 600 só vale até dezembro — a lei aprovada no Congresso prevê recursos somente até o fim deste ano. Depois, voltaria para R\$ 400.

Bolsonaro, assim como os candidatos à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT), prometeram manter o auxílio em valor maior no próximo ano. Ciro chega a prometer um benefício de R\$ 1 mil. Mas isso precisa ser oficializado junto ao Congresso.

A proposta orçamentária, então, vai trazer o Auxílio Brasil citando os R\$ 600 como um

"compromisso". Isso deve estar presente na Mensagem que será enviada ao Congresso, assim como na Exposição de Motivos, como é chamada tecnicamente a justificativa de um projeto de lei. A Mensagem e a Exposição de Motivos não são o projeto de lei em si. Por isso, elas podem ser usadas para demonstrar intenções e explicar cenários, como é o caso do Auxílio Brasil.

Com mais de 20 milhões de famílias inscritas, o Auxílio Brasil de R\$ 400 custaria R\$ 110 bilhões no próximo ano — valor que deverá constar no Orçamento. Já o benefício de R\$ 600 teria um custo de R\$ 160 bilhões. Por isso, para integrantes do governo, seria preciso aprovar uma nova proposta de emenda à Cons-

tituição (PEC) ainda neste ano para garantir o valor mais alto também em 2023.

A proposta orçamentária de 2023 será enviada ao Congresso no dia 31. O governo precisa enviar o texto — um calhamaço de mais de três mil páginas — até o fim deste mês por força da lei, mesmo que seja consenso que esse assunto só andará no Congresso em novembro. Os próprios técnicos que cuidam da proposta sabem que o texto passará por muitas mudanças após as eleições e antes de entrar em vigor.

AMPLIAÇÃO DOS GASTOS

O projeto apresenta as propostas de despesas do governo para o próximo ano, além da previsão de receitas. Esses dados precisam estar ancorados na

legislação. Por conta da proximidade das eleições, o trabalho do governo é ajustar a proposta, e ela não confrontar as promessas de campanha de Bolsonaro. Assessores do presidente querem evitar notícias vistas como negativas a um mês da eleição.

A principal dificuldade é fazer caber o Auxílio Brasil de R\$ 600 dentro das regras fiscais, como o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior. Hoje, os R\$ 160 bilhões do benefício não atenderiam esta âncora das despesas públicas sem pressionar as demais necessidades orçamentárias. Colocar uma nova despesa desse tamanho dentro do teto faria pressão sobre os demais gastos, como a manutenção da

máquina pública e os investimentos. Essas despesas cairiam tanto que ficariam próximas de um nível considerado de paralisação da máquina pública, chamado de *shutdown*.

IMPOSTOS, IRE E SERVIDORES

A necessidade de aprovar uma autorização para ampliar os gastos em 2023 está consolidada entre as campanhas eleitorais. Isso está sendo discutido tanto por Bolsonaro quanto por assessores do ex-presidente Lula, os dois candidatos que lideram a corrida ao Planalto, segundo as pesquisas de intenção de voto.

Além do Auxílio Brasil, foi decidido que o Orçamento de 2023 terá espaço para manter a redução de impostos federais sobre combustíveis, de acordo com integrantes do governo. A medida custará cerca de R\$ 55 bilhões, segundo cálculos em discussão no Planalto.

Com articulação do governo, o Congresso zerou neste ano os impostos federais (PIS/ Cofins e Cide) sobre gasolina, óleo diesel e biocombustíveis, além do gás de cozinha. Essa desoneração, porém, só valeria até dezembro. Essa é mais uma mudança feita no Orçamento por solicitação da área política do governo.

Da mesma forma, os técnicos tentam encaixar no Orçamento outra promessa de Bolsonaro: reajustar a tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas. A correção é uma promessa de campanha do presidente em 2018 que chegou a ser proposta, mas não avançou no Congresso. A promessa se repete neste ano, e o Palácio do Planalto não quer que o Orçamento seja apresentado sem um mínimo de previsão.

Também como parte das promessas de Bolsonaro, o Orçamento terá reservado um espaço para servidores públicos. Porém, sem entrar em detalhes sobre percentuais de reajuste. A equipe econômica defende a concessão de um aumento correspondente à inflação projetada para o ano que vem. O mercado projeta uma inflação de 5,33% para 2023, enquanto o governo trabalha com um percentual menor, de cerca de 4,5%. A proposta do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder um reajuste de 18% em dois anos, porém, embolou esse processo. O governo teme uma reação dos servidores do Executivo caso seja oferecido um percentual de reajuste menor.

CONTAS APERTADAS

R\$ 11,7 bilhões
 é a reserva que deverá estar prevista para reajuste de servidores

R\$ 15 bilhões
 é quanto custaria um reajuste de 5% para os servidores federais, a partir de janeiro do ano que vem

R\$ 160 bilhões
 é o mínimo que o governo precisaria para manter o Auxílio Brasil em R\$ 600 em 2023

R\$ 132 bilhões
 é o valor das despesas não obrigatórias hoje

R\$ 70 bilhões
 é o limite para o qual as despesas não obrigatórias deveriam cair para que o Auxílio Brasil a R\$ 600 caiba no teto

R\$ 19,3 bilhões
 é o total reservado a emendas de relator

R\$ 55 bilhões
 é quanto custará a manutenção da desoneração de impostos dos combustíveis

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 15